

Campanha deste ano deve ter intensa judicialização

Ações devem aumentar no ritmo do acirramento das disputas. Em Goiás, a primeira foi protocolada pela candidata a deputada estadual Arianne Cândido, do DEM, contra o presidente de seu partido e candidato a deputado federal, Delegado Waldir Soares.

Página 6

O agro ainda em disputa

Depois de perder a vice de Daniel Vilela, Zé Mário volta à Faeg e permanece no centro das articulações das principais chapas.

Páginas 8

Kadu Souza, um emocionante enredo de drama e superação

Aos 24 anos, transformou-se no artilheiro do Goiás na série B do campeonato brasileiro, mas, antes disso, trilhou um caminho árduo longe dos holofotes antes de brilhar e chamar a atenção dos torcedores e analistas do futebol.

Página 16

TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.858 • R\$ 2
Goiânia, de 16 a 22 de agosto de 2026



Candidaturas femininas

Mulheres perdem espaço no Brasil e em Goiás



Pela primeira vez neste século, nenhuma mulher integra uma chapa presidencial competitiva. Em Goiás, entre os cinco nomes homologados para o governo, há apenas uma mulher.

Página 9

Primeiro ato

Candidatos buscam bases naturais na largada da campanha ao Governo de Goiás

Daniel Vilela concentra largada no Entorno, Marconi Perillo recorre a Goianésia e Wilder Moraes começa pela cidade natal.

Página 10

ESCOLA

Nova política de EAD muda rotina de estudantes

Foto: Reprodução



Decreto do governo federal amplia atividades presenciais e estabelece novos formatos para a graduação; em Goiás, modalidade já reúne 137,2 mil matrículas e responde por 44,6% do ensino superior.

Página 14

Entrevista

Wilder Moraes

Senador e candidato a governador de Goiás (PL)

Wilder Moraes aposta no bolsonarismo para disputar o Governo de Goiás

Senador e candidato do PL ao Governo de Goiás fala sobre saúde, segurança, geração de empregos, apoio a Flávio Bolsonaro e estratégia da direita para as eleições de 2026.

Páginas 4 e 5



Goiânia

Capital conquista prêmio nacional de mobilidade pela metronização do transporte coletivo

Solução inovadora desenvolvida na capital reduz paradas e aumenta velocidade dos ônibus.

Página 13



Eleições 2026

Daniel Vilela amplia liderança e chega a 37%, mostra Goiás Pesquisas

Governador avança 4,6 pontos desde junho e vê vantagem para o segundo e o terceiro colocados chegar a mais de 18 pontos.

Página 12

Editorial

Maioria nas urnas, minoria no poder

As mulheres são maioria entre os eleitores brasileiros, mas continuam minoria nos espaços de poder. A contradição ganha contornos ainda mais preocupantes nas eleições de 2026: pela primeira vez neste século, nenhuma mulher integra uma chapa presidencial considerada competitiva. O dado expõe o abismo entre a participação feminina na sociedade e sua presença na política.

O Brasil ocupa a 134ª posição entre 183 países em representação feminina e aparece na última colocação entre as nações latino-americanas. Não se trata de um problema pontual, mas de uma estrutura política que, apesar dos avanços legais, ainda cria obstáculos para que mulheres disputem eleições em condições de competitividade.

Em Goiás, o retrato reproduz a desigualdade nacional. Entre os cinco candidatos ao governo, apenas uma é mulher. Na corrida ao Senado, elas são três entre dez candidaturas. Os números mostram que as mulheres chegam às urnas, mas continuam distantes das posições em que se concentram as decisões políticas.

Não falta capacidade. As mulheres estão presentes em todas as áreas da sociedade, ocupam universidades, profissões qualificadas, empresas e instituições. Também fazem política diariamente, em movimentos sociais e comunidades. O que falta é uma estrutura partidária disposta a transformar essa presença em representação.

As cotas de gênero foram importantes, mas não podem servir apenas para cumprir percentuais. Sem recursos, estrutura, visibilidade e espaço nas decisões partidárias, a exigência legal vira formalidade. É preciso enfrentar também o machismo, a violência política de gênero e os mecanismos que afastam mulheres das disputas relevantes.

A democracia brasileira não pode considerar normal que mais da metade do eleitorado tenha tão pouca voz entre aqueles que disputam e ocupam o poder. A sub-representação feminina não é apenas uma questão das mulheres. É uma deficiência da própria democracia.

Enquanto partidos tratarem a presença feminina como cota a ser preenchida, o país permanecerá distante de uma representação plural. Mulheres não precisam de concessões: precisam de condições para disputar, vencer e exercer o poder. Uma democracia em que a maioria permanece sub-representada não é uma democracia completa.

Artigo

Às vésperas de eleições importantes, "desnutrição intelectual" está adoecendo nossas decisões

Vivemos uma época curiosa. Nunca tivemos tanto acesso à informação e, paradoxalmente, talvez nunca tenhamos estado tão mal-nutridos intelectualmente. A comparação pode parecer inusitada, mas faz sentido para quem trabalha diariamente com Nutrição. Afinal, da mesma forma que um organismo pode estar alimentado e, ainda assim, sofrer de deficiências nutricionais, nossa mente também pode consumir informação em abundância e permanecer cognitivamente desnutrida.

Essa desnutrição informacional não decorre da falta de conteúdo, mas da baixa diversidade do que consumimos. Alimentamos nosso cérebro quase sempre com as mesmas fontes, os mesmos argumentos e as mesmas pessoas que confirmam aquilo em que já acreditamos. O resultado é uma dieta pobre em contraditório, reflexão e pensamento crítico.

Em termos simples, trata-se da tendência natural de procurar informações que reforcem nossas crenças e evitar aquelas que possam

questioná-las. O problema é que as redes sociais transformaram esse comportamento humano em um modelo extremamente eficiente de retenção de atenção. A exposição seletiva, o viés de confirmação e as bolhas informacionais são fatores centrais para a polarização nas redes sociais.

Os efeitos estão diante de nós. O debate público tornou-se menos interessado em compreender e mais preocupado em vencer, sendo a polarização política, talvez, o exemplo mais evidente. O mesmo acontece em discussões sobre religião, vacinação, mudanças climáticas, economia ou educação. Antes de analisar os fatos, perguntamos de que lado eles vieram.

O problema não está apenas na política. Ele chega às empresas, às universidades, às famílias e até à forma como cuidamos da saúde. Em consultório, é cada vez mais comum observar pessoas que selecionam apenas informações que validam seus hábitos alimentares ou estilos de vida, ignorando evidências científicas con-

sistentes porque elas contrariam suas convicções.

A analogia é inevitável. Continuamos consumindo informação, mas deixamos de exercitar o pensamento.

Assim como aprendemos a equilibrar proteínas, carboidratos, gorduras, vitaminas e minerais no prato, deveríamos aprender a equilibrar fontes, perspectivas, evidências e opiniões do que consumimos diariamente. Isso significa ler autores com quem discordamos, buscar dados antes de conclusões prontas e cultivar o desconforto intelectual que acompanha toda aprendizagem genuína.

A boa ciência nunca teve medo de ser questionada.



Brunna Boaventura
PhD, é nutricionista, pesquisadora e educadora, com pós-doutorado em obesidade vinculado à Harvard Medical School

Artigo

Guardião do Serviço Público

A gestão pública consiste em um ato contínuo que busca alinhar a excelência dos serviços públicos às necessidades e ao interesse da coletividade. Sob esse prisma, as agências reguladoras vêm estreitando cada dia mais esse compromisso.

A excelência surge a partir do momento em que há o exercício do controle social pelos cidadãos. Ao utilizarem os canais de atendimento para realizar manifestações e exigir a melhoria dos serviços regulados — como saneamento básico, transportes e energia elétrica —, os usuários fortalecem a cultura dos direitos humanos. Por parte do órgão

regulador, a excelência advém tanto do aprimoramento contínuo de normas e procedimentos para estimular melhores práticas no ente privado quanto de ações fiscalizatórias responsivas e punitivas.

Para atender ao interesse coletivo, as entidades reguladoras devem oferecer atendimento presencial e online, fiscalizar os serviços e assegurar a ordem econômica nos mercados delegados.

Diante do conjunto de atividades desenvolvidas pelas agências, aliado a meios de comunicação mais inclusivos, há um crescente engajamento da sociedade. Isso induz a um tra-

balho convergente com a classe política e com os órgãos de controle para estimular políticas públicas de maior benefício social.

Ao atuar como braço direito da administração pública, o regulador promove segurança e proteção à população. Os serviços transferidos ao setor privado devem possuir qualidade: água limpa nas torneiras, fornecimento estável de energia elétrica, estrutura adequada nos terminais rodoviários e tarifas compatíveis com o bolso do cidadão. Em suma, as agências trabalham para elevar a qualidade e a eficiência da infraestrutura.

Outro ponto salutar é a integração do órgão regulador

com outras instituições. Essa articulação garante segurança jurídica e promove consensos em prol do interesse geral. Em Goiás, por exemplo, a Lei Estadual nº 182/2023 instituiu as Microrregiões de Saneamento Básico, conferindo estruturas de governança para promover a universalização do serviço prevista pelo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020).

Goiás possui uma vasta carteira de investimentos em infraestrutura com serviços delegados à iniciativa privada. O ente regulador, como interlocutor de controle, contribui com o Poder Concedente para garantir um ambiente de negócios coeso, justo e com estabilidade regulatória, atraindo mais recursos para o estado.

Por fim, o regulador busca a eficiência para promover a ordem e a justiça econômica. O objetivo é defender a administração pública, consolidar-se como o guardião do serviço público e garantir o desenvolvimento em um ambiente de liberdade econômica.

Foto: Arquivo pessoal



Rafael Barbosa de Carvalho
Mestre em Economia pela PPGECO/UFSC. Gerente de Regulação Econômica da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos.



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

Tribunadoplanalto
 @Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Deepfake entrou no radar

O TRE-GO reuniu a imprensa nesta sexta-feira (14) para tratar de fake news, deepfakes, propaganda eleitoral, urna eletrônica e novas regras. A Justiça Eleitoral sabe que a campanha curta vai acelerar conteúdo manipulado em WhatsApp, Telegram e redes. Em Goiás, a eleição também será disputada no print, no áudio e no vídeo suspeito.

Preocupação

Na edição anterior da Tribuna do Planalto, o analista técnico do TRE-GO, professor de Direito Eleitoral Alexandre Azevedo já alertava que uma das grandes preocupações do pleito seriam as deepfakes.

Cravou

“Para essa eleição, eu posso cravar aqui, com uma margem de acerto razoável, que a deepfake ou essas situações fakes serão o grande mote dos processos eleitorais que serão julgados pela Justiça Eleitoral”, destacou.

MDB morde o ninho

O prefeito de Sanclerlândia, Zé Gordo, deixou o PSDB e se filiou ao MDB de Daniel Vilela. O movimento não muda sozinho a eleição, mas tem valor simbólico, além de mostrar a força da máquina sobre as bases tucanas.

Bilionário no PL

Renato Ribeiro, candidato a deputado federal pelo PL em Goiás, declarou R\$ 1,86 bilhão em bens e aparece entre os maiores patrimônios do país. O dado chama ainda mais atenção porque, em 2024, ele havia informado cerca de R\$ 38,4 milhões. O PL goiano entra na campanha também com um bilionário na vitrine proporcional.

Penduricalho goiano

O STF mandou suspender pagamentos acima do teto e cobrar devolução de valores pagos a magistrados de sete tribunais, incluindo Goiás. No TJGO, foram citados nove magistrados com mais de R\$ 200 mil em abril e 130 pessoas, entre magistrados e pensionistas, acima de R\$ 100 mil.

As estratégias ao Palácio

A campanha ao Governo de Goiás começa oficialmente neste domingo (16) com quatro estratégias bastante definidas na mesa. Daniel Vilela tenta transformar continuidade em identidade própria. Marconi Perillo aposta na memória de seus governos. Wilder Moraes quer juntar bolsonarismo com trajetória pessoal. Luis Cesar Bueno vai ancorar a campanha no legado nacional do PT e no palanque do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Daniel larga com a máquina mais forte. Tem governo, base ampla, prefeitos, partidos e o apoio direto de Ronaldo Caiado. O desafio é não parecer apenas o candidato da continuidade. O emedebista tenta dar uma marca própria à gestão com inovação, tecnologia e inteligência artificial.

É nesse campo que entram iniciativas como a IA Contra o Crime, a GOtech e o discurso de modernização do Estado. A ideia é simples: manter o eleitorado que aprova Caiado, mas oferecer a Daniel uma assinatura que não dependa exclusivamente do antecessor. O risco é a inovação ficar restrita ao discurso técnico e não chegar à percepção do eleitor.



Fotos: Divulgação

Marconi vai por outro caminho. O ex-governador chama o eleitor para o balanço de seu Tempo Novo e para o mote “Goiás Pode Muito Mais”. A campanha tucana aposta no legado, na memória administrativa e na comparação com o atual ciclo de poder.

É uma estratégia natural para quem governou Goiás por quatro mandatos. Marconi não precisa se apresentar. Precisa convencer parte do eleitorado de que seu passado ainda serve como argumento de futuro. O problema é a rejeição elevada. O tucano entra na disputa com recall, estrutura e história, mas também com um teto a romper.

Wilder Moraes tentará fazer duas campanhas ao mesmo tempo. Uma delas é a do PL, da direita organizada e do bolsonarismo. A outra é a de sua própria biografia. Nascido em Taquaral de Goiás, de origem humilde, tornou-se engenheiro e empresário bem-sucedido no ramo da construção civil.

Hoje, o eleitor enxerga Wilder mais como empresário do que como engenheiro. A campanha sabe disso e deve trabalhar para recontar essa trajetória com mais começo, meio e fim. O objetivo é dar rosto pessoal a uma candidatura que não pode depender apenas da força de Jair Bolsonaro, de Flávio Bolsonaro ou de Gustavo Gayer.

Luis Cesar Bueno entra em outra pista. O candidato do PT aposta no legado dos governos petistas, nos números de programas federais em Goiás e na nacionalização da disputa. Sua campanha será, em boa medida, uma tentativa permanente de desconstruir o antipetismo acumulado desde 2016.

O petista disse à coluna que acredita chegar a setembro entre as primeiras posições. Para isso, terá de transformar Lula em presença eleitoral concreta no Estado e, ao mesmo tempo, reduzir resistências históricas ao PT em Goiás. É uma campanha de palanque nacional, mas com cobrança local.

Cada candidatura começa com um ativo e um problema. Daniel tem máquina, mas precisa de identidade. Marconi tem memória, mas enfrenta rejeição. Wilder tem bolsonarismo, mas precisa de enraizamento próprio. Luis Cesar tem Lula, mas carrega o peso do antipetismo. Em uma campanha curta, de 45 dias, a estratégia que não for entendida rápido pelo eleitor dificilmente terá tempo para correção.

Câmara no carnaval

A Câmara de Goiânia colocou na pauta uma política municipal de valorização do carnaval de rua, incluindo blocos e festas populares. Parece tema leve, mas conversa com ocupação da cidade, economia criativa e segurança.

Fios no fim

A CEI dos fios soltos retomou os trabalhos com duas testemunhas e já se aproxima da reta final. O assunto é menor só para quem não olha para poste. Para o eleitor, fio caído virou símbolo de abandono urbano. Para Mabel, é uma pauta que permite cobrar concessionárias e tentar ocupar o lugar de síndico da cidade.

Emergenciais na mira

Luan Alves voltou a cobrar andamento de licitações em Goiânia e criticou o uso de contratos emergenciais. O vereador afirma que emergencial deve ser exceção. A fala mira a Prefeitura no ponto mais sensível da gestão: resolver urgências sem transformar imprevisto administrativo em método.

Debate obrigatório

Ronaldo Caiado defendeu que candidato majoritário que se recusar a participar de debate deveria ter o registro cancelado. A fala mira Lula e Flávio Bolsonaro, mas carrega ironia: em 2022, quando disputou a reeleição em Goiás, Caiado faltou a dois dos três debates e foi apenas ao último, da TV Anhanguera.

Não custa lembrar

Seu sucessor em Goiás, o governador Daniel Vilela (MDB) também faltou ao primeiro debate organizado por uma emissora de televisão. Sua presença foi cobrada por Marconi Perillo, Wilder Moraes e Luis Cesar Bueno.

Guerra no União

A disputa entre Arianne Cândido e Delegado Waldir abriu uma crise interna no União Brasil em Goiás. Os dois são candidatos pela legenda, a primeira a estadual, enquanto o segundo vai disputar a Câmara dos Deputados, mas estão em lados opostos em uma briga que já saiu do bastidor partidário e foi parar na Justiça Eleitoral e no Conselho de Ética.

Fogo cruzado

A briga agora corre em duas frentes: na Justiça Eleitoral e dentro do próprio União Brasil. Arianne acusa Waldir de suposto abuso de poder político e econômico após a saída dele da presidência do Detran-GO. Waldir nega irregularidade e reagiu politicamente dentro da legenda. Ambos pedem a expulsão um do outro.

Digitais

Waldir vê digitais do prefeito de Goiânia Sandro Mabel (UB) na ação de Arianne. “Eu não tenho nada contra ela, mas ela está a serviço do prefeito. E eu tenho feito críticas à gestão do prefeito, sobretudo na má gestão do lixo. Não vou cessar as denúncias da Máfia da LimpaGyn e da Comurg”, salienta.

Entrevista

Wilder Moraes

Senador e candidato a governador de Goiás (PL)

"Meu grupo é o do bolsonarismo"

Senador e candidato do PL ao Governo de Goiás afirma que sua candidatura representa o bolsonarismo no Estado, defende mudanças na saúde e segurança e aposta na industrialização do agronegócio para gerar empregos

A disputa pelo Governo de Goiás entra em uma nova fase com o início oficial da campanha eleitoral. Candidato do PL, o senador Wilder Moraes afirma que chega ao período eleitoral com uma chapa estruturada e alinhada ao bolsonarismo, tendo Ana Paula Rezende como candidata a vice e Gustavo Gayer e Oséias Varão como nomes do partido para o Senado. Em entrevista à **Tribuna do Planalto**, Wilder apresenta as principais bandeiras que pretende levar aos 246 municípios goianos. Entre as prioridades, cita mudanças na saúde, especialmente na regulação e na redução da fila de cirurgias eletivas; ampliação e descentralização do efetivo policial; investimentos em infraestrutura; e políticas para estimular a industrialização do agronegócio. O senador também fala sobre a relação com Gustavo Gayer, a estratégia do PL para o Senado, a candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência da República e a disputa pelo eleitorado de direita em Goiás. Wilder rejeita a ideia de fazer uma campanha baseada na comparação com outras gestões e afirma que pretende concentrar o discurso nos problemas apontados pela população. Ao comentar a força do bolsonarismo diante do chamado caiadismo, o candidato diz que são grupos independentes e aposta no perfil conservador de Goiás para sustentar sua candidatura. "Meu grupo é o do bolsonarismo", afirma.

Foto: wildermoraes.com.br

» Domingos Ketelbey

TRIBUNA DO PLANALTO

Candidato, quais são os diagnósticos iniciais que o senhor já fez sobre a campanha, que começa oficialmente no próximo domingo, e o principal mote que vai trabalhar?

WILDER MORAIS

Nós estamos terminando nosso plano de governo e primeiro nós estamos tentando saber como vamos receber o governo. Nós estamos atrás de números e nos preparando para levar nosso nome aos 246 municípios, estamos animados. Temos hoje uma das chapas mais relevantes, tanto de deputados federais e estaduais e também em uma coligação com o Novo. Estamos animados, as agendas vão começar a partir de domingo agora e como esse ano foi Copa do Mundo o jogo começa a partir de domingo.

O que o eleitor vai ver de prioridade em seu plano de governo?

Nós vamos trabalhar muito a questão da saúde, que é um dos temas que a gente ouviu muito ao longo desses dias, a saúde precisa de uma atenção muito forte e nós vamos trabalhar isso. Nós estamos querendo trabalhar da maneira que o Tarcísio Freitas trabalhou em São Paulo, onde ele conseguiu criar uma tabela para ajudar a fazer uma parceria com as entidades filantrópicas, com a Santa Casa, com a iniciativa privada para ver se a gente faz a fila andar das cirurgias eletivas, que hoje está estancada, com volume muito grande. Alguns tipos de cirurgias levam até dois anos, dois anos e meio. Logicamente, um dos itens importantes também é investir muito em infraestrutura, incentivar para que a nossa economia volte a crescer sem criar nenhum tipo de imposto, aumentar nossa receita através de produtividade, apoiando quem gera a riqueza do nosso estado.

O que o senhor faria diferente do que o ex-governador Ronaldo Caiado fez para a saúde? É uma forma de fazer

um contraponto com a gestão do ex-governador?

Não, não estou comparando governo com ninguém, eu estou ouvindo as pessoas e as pessoas me passaram o que precisa ser feito. Para se ter uma ideia, eu não vou discutir a segurança pública; tudo que tiver bem feito e puder melhorar eu vou melhorar muito. Eu vou melhorar as áreas que precisam melhorar. Hoje, a saúde tem esses gargalos pontuais e vamos trabalhar para resolver. Eu preciso resolver; eu sou engenheiro, eu sou prático, eu quero resolver o problema da saúde e, logicamente, nós vamos demorar um tempo, até porque nós temos que levantar tudo, as coisas que estão dando certo, que não dão certo. O processo de regulação a gente já sabe que não dá certo. Nós vamos ter que mexer nisso. A maneira que está aplicando tem feito a população, principalmente aqueles mais carentes, sofrer muito e a saúde não espera, não. Quem precisa de saúde, se esperar, morre. Vamos ter que atuar na hora que acontece a dor em cada uma das pessoas, principalmente aqueles que mais necessitam do estado de Goiás.

O senhor não vai falar sobre segurança pública? Não vai ser um mote da sua campanha?

Não, vou falar, e vou falar e muito. Mas eu quero dizer o seguinte: o policial nosso é valorizado? Em mais de 80 cidades nós não temos policiais. Nós vamos ter que fazer concurso público, uma coisa eu já ouvi também sobre o setor de segurança. Eles querem - e é um processo que nós vamos fazer, mas o número eu não vou te dar agora porque eu não falo um número não que eu não dou conta de cumprir - mas eu sei que é um número razoável e nós vamos fazer esses concursos, os treinamentos, a capacitação desses novos policiais que vão para as ruas de maneira descentralizada, por regiões, para que a gente possa atender a população e não causar também mais um transtorno para aquelas famílias dos policiais, que têm que sair da sua região, e isso gera um transtorno muito grande. Isso não pode ser feito.

O senhor é um empresário ligado à construção civil. Qual vai ser a sua principal política para a geração de emprego e renda?

Nós vamos fazer o seguinte, vamos chamar o setor do agro, que a gente sabe que é um setor pujante que ajuda muito o estado de Goiás e o Brasil inteiro. Vamos conversar com eles sobre o que o Estado pode fazer para que eles possam aumentar a sua produção. Nós queremos apoiar o produtor rural. Quando chegar a época de plantar, nós temos que estar junto; quando chegar a época da colheita, de escoar a safra, nós temos que estar junto, e mais: também incentivar a industrialização do agro aqui no estado de Goiás. Nós não podemos deixar. O estado produz muito, nós vendemos e os caminhões saem do estado de Goiás cheinhos de grãos. Sabe o que que eles levam? Eles levam os empregos dos goianos. Nós temos que fazer mais indústrias e fazer a verticalização da cadeia para ter mais mão de obra e agregar valor. O produtor rural, as cooperativas, que vai ser um dos caminhos também, ganham mais, geram mais emprego e, principalmente, aumentam os valores dos nossos salários. Para você ter ideia, nós estamos defasa-



Não estou comparando governo com ninguém, eu estou ouvindo as pessoas e as pessoas me passaram o que precisa ser feito.



dos muito em relação a estados que têm o mesmo perfil econômico nosso.

No início da discussão sobre candidaturas, alguns setores do PL queriam uma aliança com o atual governador Daniel Vilela (MDB), mas o senhor insistiu e construiu sua pré-candidatura com Jair Bolsonaro. Hoje o partido está realmente unido em torno do seu projeto?

Não é um projeto nosso, do estado de Goiás, é um projeto de Brasil. Nós temos um candidato a presidente da República, que é o Flávio Bolsonaro (PL). Esse candidato é um candidato de país, e nós temos aqui no estado de Goiás os dois melhores candidatos ao Senado, que são o Gustavo Gayer e o Oséias Varão. Nós temos a melhor chapa de deputados federais e também de estaduais. E o Novo, um partido que ideologicamente caminha conosco, defende as mesmas bandeiras. Todo partido grande, no início, tem essas colocações e posicionamento, mas eu posso garantir que nós estamos unidos e fortes e vamos ser vencedores. Vamos ter, se Deus quiser, dois grandes senadores do nosso partido lá em Brasília no ano que vem.

Como está sua relação com o deputado federal Gustavo Gayer?

Excelente, maravilhosa, meu candidato, meu senador. Com o Oséias também.

Vão fazer campanhas conjuntas nos 246 municípios?

No lugar em que eu não conseguir estar com eles ou eles não estarem comigo, a parte deles eu vou fazer e vice-versa. Porque nós temos muitas vezes até que dividir, cada um tem que estar num lugar ou outro, mas sempre nós vamos estar nos dois cantos, um defendendo do outro lado. Nós somos uma candidatura majoritária, então em todos os lugares que eu for, mesmo agora na entrevista, eu quero reafirmar que o Gayer é um dos melhores deputados do Brasil, vai ser um grande representante nosso lá, está nas pesquisas dispar-

Os caminhões saem do estado de Goiás cheinhos de grãos. Sabe o que que eles levam? Eles levam os empregos dos goianos.

do na frente de todo mundo, e o Oséias Varão vai junto, porque o Oséias é um grande amigo dele. Nós vamos poder votar duas vezes e vamos votar no Gayer no primeiro no primeiro voto e no Oséias do segundo, e logicamente no senador Wilder Moraes também.

Como o senhor está vendo esse imbróglio com a candidatura do senador Flávio Bolsonaro, de ter aparecido uma filiação surpresa no partido Missão e ele não ter conseguido registrar a candidatura dele ainda?

É um problema muito maior do TSE do que dele. Alguém que entrou e fez isso. Ele nunca iria, no meio do caminho, estar filiado ao Missão. Esse é mais um motivo para a gente estar muito preparado para se proteger dessas ações. E isso nos gera um desgaste, gerou um transtorno e princi-

palmente nessa fase agora final de registrar a candidatura dele. Mas isso vai dar certo, e daqui a pouco está resolvido.

O fato de a base do governador Daniel Vilela ter quatro candidatos ao Senado favorece tanto o Gayer como o Oséias Varão?

Não, para nós não faz diferença nenhuma, nós definimos nossa candidatura muito no início. Aí é decisão deles lá. Hoje, aqui na direita, nós estamos bem definidos. Os dois candidatos nossos já estão decididos há muito tempo, como eu também. Foi logo no início do ano que defini a minha candidatura, juntamente com a nossa candidata a vice, Ana Paula Rezende. A gente não perdeu tempo.

O senhor está satisfeito com essa chapa que o senhor montou com a Ana Paula Rezende como vice?

Muito. Ana Paula Rezende, sem dúvida nenhuma, é a melhor vice de todos os que já escolheram. Olha, vou ser até um pouco pretensioso, uma das melhores do Brasil. Atuante, Ana Paula é uma empresária, é do agro, é advogada, tem grande experiência, um aprendizado criado em casa com o pai Iris Rezende, com a mãe (Íris Araújo). Ela vai ajudar muito o nosso país, vai ajudar muito o estado de Goiás. E ela tem uma coisa importante, ela gosta muito do

povo; a história dela, ela nasceu na política, não está entrando não, ela já nasceu lá dentro. Ela vai ter, com certeza, uma missão grande no nosso governo, vai ajudar a cuidar das pessoas. Ela quer muito trabalhar para a gente construir muitas casas, voltar os mutirões. Ela está muito animada e eu também estou muito feliz com a decisão dela de estar caminhando conosco.

O governador Ronaldo Caiaido deixou uma gestão aprovada por mais de 80% dos eleitores e o senhor tem o trunfo de ter o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em Goiás o que vai pesar mais, o caiadismo ou o bolsonarismo na direita?

São grupos independentes, o meu grupo é o do bolsonarismo e a gente foca no que nós temos. E nós temos o que? Nós temos uma chapa muito boa, nós temos um estado conservador, nós temos um estado do agro e nós vamos trabalhar. Agora começam as eleições, semana que vem, nós vamos ter proposta para o estado de Goiás em todas as áreas, e é aquela história, isso faz parte do nosso projeto para Goiás. Nós vamos querer transformar toda essa riqueza que nós temos no estado de Goiás, chegar lá na ponta, chegar nas pessoas onde hoje não está chegando. Podemos aumentar e ter melhoria de vida na questão de salário, a fila da saúde, o filho estudar e poder trabalhar próximo da mãe dele, nos municípios. Nós vamos estar falando muito do desenvolvimento aqui do estado nos próximos dias.

Daniel Vilela foi buscar um vice entre os evangélicos. O senhor vai também fazer uma campanha forte buscando esse eleitorado religioso?

A Ana Paula é evangélica, o Oséias Varão é evangélico e eu sou católico. Goiás é um estado muito conservador, muito

católico e muito evangélico, e a direita defende valores, defende a família e é isso que nós queremos fazer, e a nossa campanha será em cima disso.

Senador, durante a convenção, o senhor disse que primeiro iria defender Flávio Bolsonaro e depois o Estado de Goiás. Queria que o senhor explicasse essa declaração.

Tudo que aconteceu na minha vida foi aqui em Goiás, eu devo tudo, desde a minha infância lá na minha cidade, Taquaral, filho de um lavrador, depois do taxista, minha mãe costureira; eu sempre digo, nós moramos sempre de casa alugada ou até de favor, nós nunca tivemos oportunidade de ter uma casa. Então eu virei engenheiro, fui secretário de Indústria e Comércio, fui secretário de Infraestrutura, tive a oportunidade de conhecer o estado como poucos, conversar com todas as lideranças políticas, prefeitos, vereadores, e hoje eu sou senador. Eu devo tudo ao estado de Goiás. Quando eu falo que a única pessoa que pode tirar esse PT - que hoje tem feito um mal tão grande para o nosso país - é Flávio Bolsonaro. Aí, eu vou defender e vou andar - foi isso que eu quis expressar - vamos defender porque o país precisa sair dessas trevas, desse governo que tem feito tão mal. Hoje as famílias estão todas endividadadas e não tem um projeto de Brasil a não ser um projeto de política, de eleição. O que eu quero defender e vou defender sempre é que nós temos que consertar o nosso Brasil e o estado de Goiás também vai prosperar juntos.



Ana Paula Rezende tem um aprendizado criado em casa com o pai Iris Rezende, com a mãe (Íris Araújo).



Foto: Divulgação

Eleições 2026

Campanha deste ano deve ter intensa judicialização

Ações por abuso de poder nas eleições devem aumentar no ritmo do acirramento das disputas, prevê advogado eleitoralista

» Carla Borges

Antes mesmo do início oficial das campanhas deste ano, a Justiça Eleitoral já começa a receber ações que buscam cassar o registro de candidaturas, sob alegação de abuso de poder, político e econômico. Em nível nacional, os alvos são os candidatos que lideraram a disputa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL). Em Goiás, a primeira Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) foi protocolada pela candidata a deputada estadual Arianne Cândido, do DEM, contra o presidente de seu partido e candidato a deputado federal, Delegado Waldir Soares. Com uma disputa acirrada, tanto nacional quanto localmente, é de se esperar uma intensa judicialização nas eleições gerais de 2026.

“A expectativa é essa. Em eleições acirradas, cada voto é muito disputado, e a margem para a vitória pode ser pequena. Nesse contexto, qualquer conduta que possa ser interpretada como um desequilíbrio na disputa tende a ser levada aos tribunais”, avalia Julio Meirelles, advogado eleitoralista. “A polarização política acentua essa tendência, transformando a arena jurídica em uma extensão do campo de batalha eleitoral”.

Julio Meirelles observa que partidos e candidatos estão cada vez mais atentos e estruturados juridicamente para fiscali-

zar os adversários e buscar a impugnação de candidaturas por meio de ações judiciais. “Acredito que veremos um volume significativo de AIJEs baseadas em alegações de abuso de poder, refletindo a temperatura elevada da disputa política”, prevê o advogado, acrescentando que a Justiça Eleitoral tem o dever de agir com rigor para coibir o abuso de poder, pois sua missão constitucional é garantir a normalidade e a legitimidade das eleições. “A jurisprudência do TSE tem sido firme na punição



A cassação de um mandato é uma medida extrema, que afasta a vontade popular manifestada nas urnas e, por isso, só pode ocorrer diante de uma comprovação inequívoca da gravidade da conduta.

de ilícitos que afetam a isonomia da disputa, e a expectativa é que essa postura se mantenha”, analisa Julio Meirelles citando

a atuação enérgica no combate à fraude à cota de gênero como exemplo de como o Judiciário Eleitoral pode e deve ser enfático para proteger os pilares do processo democrático.

No entanto, o advogado destaca o cuidado dos julgadores nessas situações, já que a consequência da prática é severa: a cassação do registro ou do diploma e a inelegibilidade por oito anos. “É fundamental ressaltar que o rigor da Justiça Eleitoral é sempre pautado pela legalidade e pela exigência de provas robustas. A cassação de um mandato é uma medida extrema, que afasta a vontade popular manifestada nas urnas e, por isso, só pode ocorrer diante de uma comprovação inequívoca da gravidade da conduta. Esperamos uma atuação firme, mas sempre criteriosa e baseada em um conjunto probatório sólido”.

Caracterização do abuso

Para que o abuso de poder seja caracterizado na esfera eleitoral, não basta a mera irregularidade, explica Julio Meirelles. É preciso demonstrar a ocorrência de uma conduta grave, que tenha o potencial de afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos e a legitimidade da eleição. “Nossa legislação, por meio da Lei Complementar nº 64/90, e a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são claras ao exigir a comprovação robusta de que o ato praticado desequi-



Foto: Divulgação

Julio Meirelles, advogado eleitoralista: “Um ato isolado, de baixo impacto, dificilmente levará a uma condenação”

librou a disputa, seja pelo uso da máquina pública (abuso de poder político) ou pelo emprego desproporcional de recursos financeiros (abuso de poder econômico)”, descreve.

Dessa forma, a análise judicial é sempre casuística, ponderando a gravidade dos

fatos e sua repercussão. “Um ato isolado, de baixo impacto, dificilmente levará a uma condenação. O que se busca coibir é o desvio de finalidade que compromete a lisura do pleito, garantindo que a vontade do eleitor seja livre e soberana”, acredita Julio Meirelles.

Abuso do poder nas eleições

- ✓ Ocorre abuso de poder nas eleições quando são verificadas práticas que retiram do eleitor sua capacidade de discernimento ou de livre decisão quanto ao destino do seu voto
- ✓ As práticas de abuso de poder político e econômico são combatidas pela Lei das Eleições, nos seus artigos 73 a 78 e 96, bem como na Lei das Inelegibilidades
- ✓ A doutrina aponta como fatores caracterizadores de abuso de poder nas eleições o abuso do poder político, o abuso do poder econômico e o abuso na utilização de meios de comunicação
- ✓ Tradicionalmente, o abuso do poder político ocorre quando o detentor do poder, valendo-se de sua condição, age com abuso de autoridade, prejudicando a liberdade do voto
- ✓ O abuso do poder econômico ocorre quando candidato usa de recursos financeiros vedados, ou acima dos limites permitidos pela legislação, de forma a provocar desequilíbrio no pleito
- ✓ O uso distorcido dos meios de comunicação social em favor de candidato ou partido político configura o abuso no uso de meios de comunicação

Fonte: EJE-BA e Julio Meirelles

Assédio eleitoral configura abuso de poder econômico

Uma prática de origem imemorial e que se repete a cada eleição – com mais polarização, também tem sido mais intensa – é o assédio eleitoral. Em Goiás já houve condenações envolvendo essa prática, que consiste no ato do patrão de reunir empregados para ouvir o candidato que ele apoia (até aí, é lícito) e depois ameaçar de demissão quem não votar no político indicado por ele.

“O assédio eleitoral praticado por empregadores é, sem dúvida, uma forma de abuso de poder econômico”, diz Julio Meirelles, acrescentando que a rela-

ção de trabalho é assimétrica, e o empregador que se utiliza de sua posição para coagir ou ameaçar seus funcionários, condicionando a manutenção do emprego ao voto em determinado candidato, está se valendo de seu poderio econômico para interferir na liberdade de escolha do eleitor.

“Essa conduta é um grave ilícito eleitoral, pois atenta contra a dignidade do trabalhador e a própria essência do voto livre. Além de poder ser punida na Justiça Eleitoral com as sanções de cassação e inelegibilidade, a prática também configura ilícito trabalhis-

ta, passível de indenização por dano moral, e pode, a depender do caso, caracterizar crime eleitoral”, orienta o advogado.

Os tipos mais comuns de abuso de poder questionados no âmbito eleitoral são o político e o econômico. Julio Meirelles explica que no campo do abuso de poder político, as práticas mais recorrentes envolvem o uso da estrutura administrativa em benefício de uma candidatura. “Isso inclui desde a utilização de servidores públicos em horário de expediente para atividades de campanha e o uso promocional de progra-

mas sociais, até a intensificação de publicidade institucional em período vedado, com o claro intuito de promover a imagem do gestor-candidato”.

Já no abuso de poder econômico, o “caixa dois” (uso de recursos não declarados) continua sendo uma prática combatida. “Além disso, vemos com frequência a compra de votos, seja de forma direta ou dissimulada, e a realização de gastos de campanha vultosos e incompatíveis com a capacidade financeira declarada pelo candidato, o que gera um desequilíbrio inaceitável na competição”, exemplifica.

Denúncias

A legislação eleitoral define um rol específico de legitimados para propor a AIJE. Segundo a Lei Complementar nº 64/90, apenas partidos políticos, coligações, candidatos e o Ministério Público Eleitoral podem ajuizar essa ação. “O eleitor comum, portanto, não pode propor a ação diretamente. No entanto, sua participação é crucial”, pontua Julio Meirelles. Assim, qualquer cidadão que tenha conhecimento de uma prática abusiva pode formalizar uma denúncia ao Ministério Público Eleitoral.

Eleições 2026

Cabos eleitorais

ganham força na disputa pelo voto em Goiás

A campanha eleitoral começa oficialmente neste domingo (16), quando candidatos aos diferentes cargos em disputa em Goiás passam a intensificar a busca por votos e apoio nos municípios. Para as disputas proporcionais, de deputado estadual e federal, e para o Senado, a campanha segue até 2 de outubro, enquanto os cargos majoritários, como governador e presidente da República, podem ter a disputa estendida para um eventual segundo turno. Nesse cenário, entram em destaque os chamados cabos eleitorais, ou seja, prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, deputados e lideranças de segmentos como de igrejas e do agronegócio, responsáveis por apresentar candidatos, mobilizar eleitores e ampliar a presença das campanhas nos municípios.

» Arthur Oliveira*

Para o cientista político Pedro Célio Borges, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), a capacidade de um cabo eleitoral está diretamente relacionada ao capital político que ele acumulou e à confiança que possui junto à população. Na avaliação do docente, o ex-governador Ronaldo Caiado (PSD) e o presidente Lula (PT) são hoje os dois principais nomes capazes de exercer esse papel em Goiás, ainda que em campos políticos distintos.

TRIBUNA DO PLANALTO

Quando falamos em cabo eleitoral em uma eleição para governador, quem são hoje as figuras que realmente têm capacidade de influenciar o voto em Goiás? Prefeitos, setor do agro, lideranças religiosas?

PEDRO CÉLIO

Se você observar as comunidades, verá que são segmentos diferentes que constituem o corpo social. Em cada segmento existem lideranças que se destacam pela capacidade de organizar pessoas, mobilizar e indicar caminhos. Há chefes de igreja, pais de família nas comunidades mais tradicionais, empresários e, onde existe maior nível de associativismo, a própria conversa entre as pessoas exerce grande influência.

Em Goiás, os políticos mais influentes são aqueles que demonstram maior capacidade de comunicação com a população e têm aprovação. Quando você observa as pesquisas e identifica os políticos mais bem avaliados, encontra alguns prefeitos e deputados.

Então podemos pensar que o cabo eleitoral é uma via de mão dupla, em que o candidato precisa do apoio de um prefeito e o prefeito também precisa do candidato?

As forças que têm mais capital são aquelas que influenciam mais. No mundo da política ocorre algo parecido com o que acontece na religião e no mundo empresarial: as pessoas que dispõem de mais recursos e que definem aquele campo social são as que influenciam mais. Os grandes empresários, por exemplo, têm mais dinheiro, empregos e benefícios para oferecer. São eles que movimentam aquele mercado com mais intensidade. Na política, esses também são os bons cabos eleitorais.

Essa relação entre cabo eleitoral e candidato continua tendo força diante do crescimento das redes sociais?

Continua, porque estamos falando de algo típico das relações humanas: uma pessoa confiar na outra e oferecer seu apoio. O que mudou foram os recursos tecnológicos utilizados para manifestar esse apoio. Antigamente, isso ocorria pela conversa pessoal, por sinais de fumaça, tambores. Hoje ocorre também pelas redes sociais e pela internet. Em sociedades grandes e complexas, essas tecnologias são essenciais para que uma manifestação de confiança alcance um público maior.

Muitos candidatos ao governo, deputados estaduais e federais investem no chamado municipalismo, buscando lideranças nos municípios. Isso pode ser decisivo para uma eleição?

Na verdade, é isso que o cabo eleitoral

faz diariamente. Quando um candidato chega a uma cidade onde não conhece as pessoas, normalmente precisa que alguém o apresente. E quem vai fazer essa apresentação? Alguém que seja daquele lugar e tenha a confiança dos moradores. Isso continua sendo decisivo para a estrutura da rede política.

E hoje, em Goiás, quem o senhor considera capaz de fazer isso de maneira mais efetiva?

Sem dúvida, o ex-governador e candidato a presidente Ronaldo Caiado (PSD). Candidatos a deputado estadual, por exemplo, querem que ele os apresente à população de Goiás e diga: “Esse aqui é o meu candidato”. No campo da oposição ou da esquerda, também existe o interesse em tirar fotografias e divulgar a imagem ao lado do presidente Lula (PT). Então, Ronaldo Caiado e o presidente Lula são os dois grandes cabos eleitorais em Goiás.



Ronaldo Caiado e o presidente Lula são os dois grandes cabos eleitorais em Goiás

O que vale mais: uma série de fotografias com prefeitos e lideranças ou um prefeito capaz de mobilizar milhares de eleitores nas ruas e nas urnas?

Isso depende muito do acordo que foi feito. Pode

haver eficácia na fotografia em um lugar e, em outro, não. De qualquer maneira, o que importa nessa relação é que existe uma troca de benefícios. Aquele que vota com o candidato pode receber a promessa ou até alguns recursos e benefícios, e o cabo eleitoral devolve isso na forma de voto.

Professor, a experiência política de Marconi Perillo, que foi governador, ainda pode influenciar sua relação com cabos eleitorais?

Pode. O Marconi precisa usar os recursos que adquiriu ao longo da vida política. O maior recurso que ele tem hoje é justamente o período em que esteve no governo. Ele precisa mostrar que deixou um legado positivo. Esse é um grande recurso eleitoral que ele tem para oferecer à população.

* Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andreia Bahia.

Foto: Jornal UFG



Eleições 2026

O agro ainda em disputa

Depois de perder a vice de Daniel Vilela, Zé Mário volta à Faeg e permanece no centro das articulações das principais chapas

» Domingos Ketelbey

Em menos de dez dias, duas chapas adversárias bateram à mesma porta. Na manhã de 6 de agosto, Wilder Moraes e Ana Paula Rezende estiveram na sede da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás, em Goiânia, numa visita sem divulgação prévia e quase sem repercussão. Nesta quinta-feira, 13, foi a vez de Marconi Perillo chegar acompanhado da candidata a vice, Jacqueline Zaiden. Do outro lado estava José Mário Schreiner, o dirigente que havia passado meses disputando a vice de Daniel Vilela e terminou fora da chapa.

As agendas foram tratadas como institucionais. A sequência, porém, ajuda a explicar uma das disputas menos ruidosas da campanha goiana.



Foto: Divulgação

Preterido para vice de Daniel, José Mário Schreiner permanece no centro das articulações

Depois das convenções, ninguém abriu mão do agro.

Não porque o setor esteja sem representação. De acordo com o professor de Ciências Políticas Guilherme Carvalho, o agronegócio está espalhado pelas principais

candidaturas, por relações políticas, identidade ideológica, interesses econômicos e histórias construídas ao longo de décadas. O que parece sem dono é a pretensão de qualquer grupo de falar sozinho em seu nome.

De candidato a anfitrião

Zé Mário virou uma espécie de personagem dessa disputa. Licenciado da Faeg durante a pré-campanha, percorreu o interior, reuniu apoios e chegou à reta final como um dos principais concorrentes à vice de Daniel. Tinha a preferência pública de Gracinha Caiado, apoio de parlamentares da base e uma credencial direta: representava um setor central para a economia e para a política de Goiás.

Perdeu a vaga para Luiz do Carmo. No dia seguinte, reassumiu a presidência da Faeg. A partir dali, ocorreu uma inversão: o homem que procurava lugar numa chapa passou a receber as chapas em sua casa institucional.

Marconi até tentou atraí-lo antes de fechar a composição tucana. O PRTB chegou a oferecer o comando estadual da legenda. Wilder e

Ana Paula também procuraram aproximação. Zé Mário optou, ao menos até aqui, por voltar à Federação.

Para Carvalho, a procura não se explica apenas pelo peso individual de Zé Mário. A Faeg funciona como um grupo organizado de pressão, ouvido em discussões sobre legislação, infraestrutura e políticas públicas. “O agro, para além das individualidades, tem uma capacidade de fazer lobby e de pressão institucional”, afirma. De acordo com ele, a presença de representantes do setor em chapas diferentes é resultado de uma ocupação de espaços consolidada nas últimas duas décadas, no Parlamento, em governos e na sociedade civil. O agro pesa também porque construiu canais permanentes de influência, participa da formulação de políticas e mantém representação organizada.

Três caminhos para o mesmo eleitor

Daniel Vilela não escolheu um representante direto do agro para a vice. Escolheu Luiz do Carmo, evangélico e ligado à Assembleia de Deus. A decisão não significa afastamento do setor. A base governista mantém Ronaldo Caiado, cuja trajetória política nasceu no campo, além de prefeitos, deputados e lideranças rurais espalhados pelo Estado.

Uma das leituras para a escolha de Luiz foi justamente essa: o agro já estaria suficientemente próximo para que a vice pudesse ser usada na aproximação com outro segmento. Zé Mário ficou sem a vaga, mas o governo não considera ter ficado sem o produtor.

Wilder segue por outro caminho. O senador tenta converter em voto estadual a identificação que parte do campo mantém com o bolsonarismo. Em junho, a pesquisa Diagnóstico/Acieg mostrou Wilder com 43,7% entre entrevistados ligados à agropecuária. Daniel tinha 26,2% e Marconi, 16,7%.

O próprio Zé Mário já atribuiu parte do avanço de Wilder à ligação do setor com o bolsonarismo, mas fez uma ressalva: “As pessoas não votam no nome, votam no pro-

jeto, em quem conhece, em quem já fez”.

Marconi tenta construir uma terceira ponte. Depois de não conseguir fechar uma composição com Zé Mário, colocou na vice Jacqueline Zaiden, produtora rural e nome com relações antigas no setor. A visita dos dois à Faeg reforça a tentativa de recolocar o tucano numa conversa em que já esteve durante seus quatro governos.

Lugar garantido à mesa

Guilherme Carvalho também chama atenção para a posição particular de Zé Mário depois de perder a vice. Na avaliação do professor, nem Marconi nem Wilder demonstraram até agora força suficiente para oferecer ao dirigente uma projeção de poder que justificasse um rompimento explícito com a base governista. Há ainda outra vantagem: Zé Mário não precisa se precipitar.

“Independentemente de o governo ganhar ou não, ele tem lugar na mesa, porque representa uma das maiores entidades do agro no Estado”, resume Carvalho. Para o cientista político, a posição permi-

te ao presidente da Faeg jogar de maneira mais cautelosa e preservar canais com todos os campos. Uma definição política mais explícita, se vier, poderia ser empurrada para uma etapa mais avançada da eleição.

Para o cientista político, Zé Mário não precisa declarar apoio imediatamente a nenhuma das chapas que o procuram. Pode manter os canais abertos, acompanhar o desempenho de Daniel, Marconi e Wilder e adiar uma definição. “Acho que ele deve esperar lá para o segundo turno para tomar uma decisão”, avalia Carvalho.

Existe um voto do agro?

A própria expressão “voto do agro” merece cautela. Para Guilherme Carvalho, a força política do setor cresceu justamente porque deixou de depender de uma única liderança ou de um único campo partidário. Representantes ligados ao agronegócio passaram a ocupar espaços no Congresso, nas assembleias, nos governos, nas entidades de classe e em diferentes partidos.

“Não é só formando uma bancada do agro federal, estadual e municipal. Eles es-

tão ligados institucionalmente”, afirma. Carvalho lembra que até partidos historicamente mais distantes desse eleitorado, como o PT, procuraram nomes ligados ao setor para suas composições, como o do produtor rural Flávio Faedo. A presença espalhada pelas chapas, portanto, não demonstra fraqueza. Mostra que o agro se tornou parte permanente da engrenagem política.

Isso ajuda a explicar por que Daniel, Wilder e Marconi conseguem reivindicar relações diferentes com o mesmo ambiente. Possivelmente Luis César Bueno, do PT, também deve reivindicar audiência. O setor possui interesses compartilhados e capacidade de organização, mas sua presença em campos adversários impede tratá-lo como um eleitorado submetido a um único comando.

Existem ainda diferenças internas, claro. O produtor de soja do Sudoeste não necessariamente enfrenta os mesmos problemas do pequeno pecuarista do Norte. Cooperativas, agroindústrias, exportadores, produtores familiares e grandes propriedades dividem pautas como crédito, infraes-

trutura, energia, segurança jurídica, tributação e acesso ao mercado, mas não necessariamente fazem as mesmas escolhas eleitorais.

A força está menos numa suposta transferência automática de votos e mais na capacidade de ocupar espaços, pressionar governos e fazer com que suas pautas atravessem praticamente todas as candidaturas competitivas.

Durante a disputa pela vice, a presença de Zé Mário na chapa era apresentada por aliados como forma de aproximar Daniel do produtor rural. Fora dela, ele continua sendo procurado por adversários do governador. Isso sugere que seu valor político pode estar menos na transferência direta de votos e mais na capacidade de abrir portas, produzir diálogo e conferir legitimidade a quem pretende entrar nesse ambiente.

A própria posição institucional impõe equilíbrio. Zé Mário é filiado ao PSD, partido de Caiado e integrante da chapa de Daniel, mas preside uma entidade que precisa dialogar com Marconi, Wilder e qualquer outro candidato competitivo.

Eleições 2026

Candidaturas femininas perdem espaço no Brasil e em Goiás

Mesmo sendo 52,84% do eleitorado, mulheres estão fora das chapas presidenciais competitivas; em Goiás, há apenas uma candidata entre cinco nomes ao governo e três entre dez ao Senado

» Carlos Nathan Sampaio

Uma das informações mais conhecidas e divulgadas em época de eleições no Brasil é de que as mulheres são maioria nas urnas, o dado mais recente, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostra que elas somam 83,8 milhões e representam 52,84% das pessoas aptas a votar. Apesar disso, o peso numérico não se converteu em presença equivalente nas candidaturas e candidatas mulheres estão distantes dos principais espaços de poder. Pela primeira vez neste século, nenhuma mulher integra uma chapa presidencial considerada competitiva. Em Goiás, segue-se o mesmo rumo: entre os cinco nomes homologados para o governo, há apenas uma mulher; para o Senado, são três entre as dez candidaturas confirmadas, até então.

O cenário interrompe uma sequência iniciada em 2002, quando ao menos uma mulher concorreu à Presidência ou à Vice-Presidência em chapa com presença relevante na disputa. Em 2022, Simone Tebet concorreu à Presidência, enquanto Mara Gabrilli e Ana Paula Matos foram candidatas a vice. Neste ano, as mulheres nas chapas ao Planalto estão em legendas sem representação parlamentar, critério usado para afastá-las do grupo classificado como competitivo.

Em entrevista exclusiva ao **Tribuna do Planalto**, a única mulher na corrida pelo Governo de Goiás, a professora Luciana Amorim, da Unidade Popular (UP), contesta essa classificação. “É impossível não questionar primeiro o que se define como competitivas. Em nível nacional, nossa candidata Samara Martins está tecnicamente empatada com Zema e Caiado, dentro da margem de erro, já que computou 2% das intenções de voto na última pesquisa Quaest”, afirma. Para ela, o enquadramento adotado também contribui para tornar candidaturas de partidos menores menos visíveis.

Luciana foi homologada ao lado de Caymmi Henrique, candidato a vice, e

representa o segmento mais à esquerda entre as cinco opções ao Palácio das Esmeraldas. Para ela, nas siglas com mais dinheiro e propaganda, a participação feminina se limita ao cumprimento formal de regras. “O debate por parte dos partidos que têm mais recursos financeiros e tempo de TV nada mais é do que uma simples cota. Em vários deles, não existe uma prática real de colocar as mulheres no centro da política”, critica.

Ela relaciona a baixa presença nas chapas à tolerância interna com episódios de machismo e assédio e à atuação das legendas no Congresso. “Temos em 2026 diversas mulheres concorrendo, como eu e mais 11 companheiras em outros estados ao governo, além de Samara Martins à Presidência. Mas, infelizmente, ainda somos invisibilizadas pela política tradicional e pela mídia, num momento em que é fundamental que a pauta da luta das mulheres seja divulgada”, diz.

A legislação exige que partidos e federações preencham no mínimo 30% e no máximo 70% das candidaturas de cada gênero nas disputas proporcionais. Também reserva às mulheres ao menos 30% dos recursos públicos de campanha e da propaganda eleitoral. As regras, contudo, não garantem equilíbrio nas disputas majoritárias nem estrutura para competir.

Luciana defende fiscalização que vá além da conferência dos percentuais. “É preciso um movimento maior de pressão sobre os partidos e de toda a sociedade, que naturaliza as mulheres simplesmente como representação, quando não somos isso: somos maioria da sociedade e sofremos as piores violências”, afirma. Segundo ela, é necessário acompanhar como as candidaturas



Luciana Amorim (UP) e Cíntia Dias (Psol)



Fotos: Reprodução/Instagram

são construídas e financiadas, pois há partidos que “usam mulheres como laranjas simplesmente para atingir o mínimo e lançar candidaturas de homens que, em sua imensa maioria, são contra a luta e a pauta das mulheres”.

Na corrida ao Senado por Goiás, como dito anteriormente, somente três dos dez nomes confirmados são mulheres: Cíntia Dias (Psol/Rede), Gracinha Caiado (União Brasil) e Isaura Lemos (PSB). Também de forma exclusiva ao Tribuna do Planalto, Cíntia Dias destacou que a frente democrática e popular apresenta dois homens para governador e vice e duas mulheres para o Senado. “Durante todas as negociações e articulações, fizemos a defesa de que houvesse paridade. Quando a frente abraça isso, demonstra sua capacidade e seu compromisso com as mulheres, porque elas não podem ser coadjuvantes”, declara.

Cíntia, porém, reconhece que a composição da chapa majoritária não elimina as dificuldades verificadas nas demais candidaturas. “As

candidaturas femininas diminuíram bastante, chegando somente aos 30%, cobrindo cotas. Isso é um desafio que precisa ser superado muito rapidamente”, afirma. Ela conta que o PSOL chegou a reunir mais mulheres dispostas a disputar a eleição, mas perdeu nomes durante a montagem da nominata. “Fizemos uma chapa muito bonita e competitiva, com várias companheiras que, ao longo do caminho, acabaram desistindo. Um dos principais problemas foi a questão financeira.”

A falta de dinheiro, segundo Cíntia, afeta a campanha e a vida familiar. “Os recursos que vêm para o fundo partidário são muito pequenos e nenhuma de nós tem campanha milionária. Acaba não sendo viável nem a organização dessas companheiras para sair às ruas, deixar os filhos em casa, fazer campanha e cumprir as atividades”, relata. Muitas mulheres, assim, desistem antes do registro ou entram na disputa sem equipe e condições semelhantes às de candidatos consolidados.

Para Cíntia, o diagnóstico exige mais do que ajustes

internos nas siglas. “Esse desafio é um alerta que precisa ser discutido com mais seriedade em políticas públicas, de forma geral. As mulheres não podem ser só cota e ter a garantia da cota para completar uma chapa. Elas são atuantes e fazem política o tempo todo. Precisamos construir caminhos para que possam se fortalecer e fortalecer os parlamentos, porque a representatividade ainda é muito baixa”, afirma.

Luciana diz que sua campanha terá mulheres em posições centrais e cita sua atuação no Movimento de Mulheres Olga Benário. Defende ainda mais casas de referência para vítimas de violência e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher em Goiás. “As principais figuras da UP na eleição são mulheres”, declara.

Caso seja eleita, Luciana pretende discutir paridade nos espaços de comando. “O meio concreto de ampliar a participação é tornar esses espaços seguros para as mulheres. Precisamos fortalecer o combate à violência política de gênero. O debate sobre paridade poderia ser uma de nossas ações, mas as políticas contra o machismo e a misoginia são primordiais”, diz. Luciana e Cíntia convergem no diagnóstico: a redução não nasce da falta de mulheres interessadas em política, mas de filtros partidários, financeiros e sociais que determinam quem chega às urnas com chance de ser vista e escolhida.



O debate por parte dos partidos que têm mais recursos financeiros e tempo de TV nada mais é do que uma simples cota. Em vários deles, não existe uma prática real de colocar as mulheres no centro da política.

Luciana Amorim, professora da Unidade Popular (UP) e candidata ao Governo de Goiás

Eleições 2026

Candidatos buscam bases naturais na largada da campanha ao Governo de Goiás

Daniel Vilela concentra largada no Entorno, Marconi Perillo recorre a Goianésia e Wilder Moraes começa pela cidade natal

» Lucas de Godoi

Os principais candidatos ao Governo de Goiás entram oficialmente na campanha eleitoral neste domingo (16) escolhendo territórios onde já encontram vínculos políticos, eleitorais ou pessoais. Daniel Vilela (MDB) concentra sua primeira grande mobilização no Entorno do Distrito Federal, Marconi Perillo (PSDB) retorna a Goianésia, município historicamente ligado às suas campanhas, e Wilder Moraes (PL) começa por Taquaral de Goiás, sua cidade natal.

A opção por bases naturais indica uma estratégia de começar a disputa pelo caminho de menor resistência, buscando transformar relações já construídas em mobilização antes de avançar sobre territórios mais disputados.

A propaganda eleitoral passa a ser permitida neste domingo, conforme o calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Daniel aposta no Entorno

A coligação Pra Goiás Seguir em Frente, do governador Daniel Vilela, escolheu o Entorno do Distrito Federal para concentrar sua primeira mobilização. A programação prevê atividades em Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental e Luziânia.



Daniel, Marconi e Wilder escolheram territórios de vínculo político, histórico ou pessoal

A sequência reforça uma movimentação construída durante a pré-campanha, período em que o grupo governista intensificou encontros com prefeitos, vereadores e outras lideranças da região.

No domingo, o roteiro terminará na chácara do prefeito Diego Sorgatto (UB), em Luziânia. O ato reunirá Daniel, os candidatos ao Senado Gustavo Mendenha e Gracinha Caiado e Ronaldo Caiado, candidato à Presidência da República, além de candidatos proporcionais e lideranças locais.

Ao concentrar a largada em seis municípios, a cam-



panha procura fortalecer a presença no Entorno e consolidar a articulação construída junto às administrações municipais e bases políticas da região.

Marconi volta à tradição

Marconi Perillo (PSDB), candidato pela coligação Goiás Pode Muito Mais, seguirá um roteiro já conhecido. Seu principal ato será em Goianésia, no Vale do São Patrício, município utilizado como ponto de partida em campanhas majoritárias anteriores. Antes, participará de missa em Rio Verde.

A relação política com Goianésia remonta à eleição



Foto: Divulgação

coní até aqui. O candidato tem recorrido ao histórico de seus governos para apresentar propostas e estabelecer comparações com a atual gestão, combinando, assim, memória política e território na largada.

Wilder começa pela própria origem

Wilder Moraes (PL) também escolheu uma base de vínculo direto. Ao lado da candidata a vice-governadora Ana Paula Rezende, ele lança oficialmente a chapa em Taquaral de Goiás, município onde nasceu.

O ato será realizado na Paróquia São Miguel Arcanjo e dá à estreia um caráter ligado à trajetória pessoal do candidato. Nascido na zona rural do município, Wilder utiliza sua cidade de origem como ponto inicial de uma campanha que pretende percorrer todas as regiões do estado.

O movimento permite combinar essa narrativa com os eixos que o candidato já vem apresentando publicamente. Wilder reforça a identificação com a direita e procura associar sua candidatura a temas como gestão, produção, industrialização, empregos e desenvolvimento econômico.

A presença de Ana Paula Rezende, filha do ex-prefeito de Goiânia e ex-governador Iris Rezende, acrescenta à chapa uma referência ligada a outra tradição da política goiana.

Luis Cesar Bueno adia estreia em Goiás após definição tardia da candidatura

Candidato do presidente Lula, Luis Cesar Bueno (PT) não fará um ato de lançamento em Goiás neste domingo. O petista estará em São Paulo para participar da abertura da campanha presidencial, após convocação da coordenação nacional aos candidatos aos governos estaduais. A primeira mobilização de maior porte no estado está prevista para sábado (22), com candidatos do interior, militantes e apoiadores.

Luis Cesar foi confirmado candidato apenas no

início de agosto, depois de o partido discutir alternativas para a cabeça de chapa e receber novas recusas da deputada federal Adriana Accorsi (PT) e da vereadora Aava Santiago (PSB). Com as duas negativas, o PT encerrou a discussão sobre uma possível mudança e manteve o nome já escolhido pela direção estadual.

O intervalo curto entre a definição da candidatura e o início da campanha é apontado pela equipe como uma das razões para a au-

sência de um grande ato neste primeiro fim de semana. A coordenação estadual ainda está sendo estruturada.

A ida ao lançamento de Lula também dialoga com o discurso de Luis Cesar, que tem procurado aproximar a disputa estadual da agenda nacional e se apresentar como o palanque do presidente em Goiás.

A candidata Luciana Amorim (UP) também não havia divulgado programação para o primeiro dia oficial da campanha.



Foto: Reprodução/Instagram

Disputa

Pedido de voto muda tom da disputa a partir deste domingo

Com início da propaganda eleitoral, candidatos passam a pedir voto abertamente e ampliam presença nas ruas e nas redes sociais

» Lucas de Godoi

Com o início oficial da propaganda eleitoral neste domingo (16), a disputa entra em uma fase mais direta, na qual os candidatos passam a poder pedir votos de forma explícita, apresentar números de campanha e ampliar a presença nas ruas e nas redes sociais. O novo momento encerra uma etapa marcada pelas limitações da pré-campanha e tende a aumentar a diferenciação entre os concorrentes.

Até este sábado, pré-candidatos podiam participar de entrevistas, debates, encontros partidários, apresentar propostas e buscar apoio político, desde que não houvesse pedido explícito de voto. A partir de domingo, essa restrição deixa de existir nos meios autorizados pela legislação eleitoral, abrindo espaço para slogans, jingles, santinhos,



A partir deste domingo, candidatos podem pedir votos de forma explícita

adesivos e mensagens mais diretas de convencimento.

A mudança também deve atingir o conteúdo político das campanhas, que até agora estiveram concentradas na formação de alianças, definição das chapas e apresentação inicial dos projetos. Com o período eleitoral oficialmente aberto, cresce a tendência de comparação entre propostas, críticas aos adversários e disputa mais clara por temas e segmentos do eleitorado.

Em Goiás, essa virada coincide com os primeiros atos oficiais das candidaturas ao governo. Daniel Vilela (MDB), Marconi Perillo (PSDB) e Wilder Moraes (PL) programaram agendas para domingo, enquanto Luis Cesar Bueno (PT) estará em São Paulo para participar do lançamento da campanha presidencial de Lula.

A legislação permite a realização de caminhadas, passeatas, carreatas e comícios, dentro das regras estabelecidas

pela Justiça Eleitoral. Carros de som e minitrios continuam submetidos a restrições e só podem ser utilizados nas situações previstas pela norma, como em carreatas, caminhadas, reuniões e comícios.

Os materiais impressos também passam a ganhar maior presença na campanha, com distribuição de santinhos e outras peças permitida até a véspera da eleição. O material precisa trazer as identificações exigidas pela legislação, incluindo os responsáveis pela contratação e pela confecção, além da tiragem. Outdoors permanecem proibidos.

Redes ganham peso

Com o pedido de voto liberado, a internet tende a concentrar uma parcela importante da primeira fase da campanha, especialmente antes da estreia do horário eleitoral no rádio e na televisão. Candidatos, partidos, federações e coligações poderão utilizar redes

sociais, sites, blogs e aplicativos de mensagens, observadas as exigências de identificação previstas pela Justiça Eleitoral.

A propaganda paga na internet continua proibida como regra geral, mas a legislação admite o impulsionamento de conteúdos contratados pelos atores autorizados. Também permanecem vedados os disparos em massa sem consentimento dos destinatários, prática que pode resultar em responsabilização eleitoral.

O uso de inteligência artificial será outro ponto de atenção neste ano. Conteúdos sintéticos ou significativamente alterados por IA precisam ser identificados de forma clara, enquanto deepfakes e manipulações destinadas a desinformar o eleitor seguem proibidas.

Como o horário eleitoral gratuito começa somente em 28 de agosto, as campanhas terão quase duas semanas em que a disputa estará concentrada principalmente nas agendas de rua, nas redes sociais e na repercussão espontânea. Esse intervalo funcionará como o primeiro teste dos discursos que cada candidatura pretende levar adiante ao longo da eleição.

22 DE AGOSTO

DIA D DA VACINAÇÃO

Vacinas são seguras, confiáveis e salvam vidas. É a melhor forma de proteção e defesa contra doenças que podem deixar sequelas para toda a vida - ou até mesmo serem fatais. Entre na batalha para garantir que essas doenças não voltem.

Campanha de Multivacinação 2026

Toda a população pode se vacinar, especialmente crianças e adolescentes de 0 a 14 anos.

Baixe Meu SUS Digital e acesse a Caderneta de Vacinação pelo celular.



Secretaria de Estado da Saúde



Eleições 2026

Daniel Vilela amplia liderança e chega a 37%, mostra Goiás Pesquisas

Governador avança 4,6 pontos desde junho e vê vantagem para o segundo colocado chegar a 18,3 pontos

» Da Redação

O governador Daniel Vilela (MDB) ampliou sua liderança na disputa pelo Governo de Goiás e chegou a 37,2% das intenções de voto, segundo levantamento Goiás Pesquisas/Mais Goiás divulgado nesta sexta-feira (14/8). Na primeira pesquisa estimulada do instituto após as convenções partidárias, o emedebista aparece 18,3 pontos à frente do segundo colocado e consolida a dianteira na corrida pela reeleição.

O resultado mostra crescimento de Daniel em relação à rodada anterior, divulgada em 2 de junho. Na ocasião, o governador registrava 32,6%. Agora, alcança 37,2%, avanço de 4,6 pontos. Enquanto Daniel cresce e



Daniel Vilela (MDB) amplia sua liderança na disputa pelo Governo de Goiás e chega a 37,2% das intenções de voto

permanece isolado na liderança, Wilder Morais (PL), com 18,9%, e Marconi Perillo

(PSDB), com 18,8%, aparecem tecnicamente empatados na disputa pela segunda colo-

cação. Luis Cesar Bueno (PT) registra 9% e Luciana Amorim (UP), 1,8%. Indecisos somam

9,2% e brancos e nulos, 5,1%.

A comparação com junho reforça a evolução de Daniel no período. O governador passou de 32,6% para 37,2%, enquanto Marconi permaneceu praticamente no mesmo patamar, oscilando de 18,6% para 18,8%. Wilder avançou de 12,2% para 18,9%. A rodada anterior ainda incluía Cíntia Dias (PSol), com 2,6%, e Telêmaco Brandão (Novo), com 1,1%, que não aparecem no cenário atual após a definição das candidaturas nas convenções.

O Instituto Goiás Pesquisas ouviu 1.150 eleitores em Goiás entre os dias 10 e 12 de agosto de 2026. A margem de erro é de 2,89 pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo GO-06886/2026.

Finanças

Daniel Vilela destaca solidez fiscal e capacidade de investimento de Goiás

O governador e candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) afirmou que Goiás mantém solidez fiscal, despesas sob controle e cerca de R\$ 9 bilhões em disponibilidade de caixa para garantir o pagamento das obrigações do Estado e a continuidade dos investimentos. Durante entrevistas ao longo da última semana, Daniel explicou que parte da poupança construída nos últimos anos está sendo utilizada de forma planejada para financiar obras e ampliar os serviços oferecidos à população.

“Não adianta manter poupança apenas para aplicação financeira. Ela existe para ser transformada em investimento: em obras, na saúde, na segurança pública, na educação. E foi exatamente isso que aconteceu ao longo desses úl-

timos anos”, afirmou Daniel. O governador explicou que nenhuma ampliação de despesa é realizada sem previsão orçamentária. “Nós não adotamos nenhuma medida de aumento de despesa sem que ela esteja previamente compatibilizada com o orçamento do Estado”, reforçou.

Daniel destacou que a capacidade financeira construída nos últimos anos permitiu ao Estado acelerar investimentos sem comprometer o pagamento de suas obrigações. Em 2025, Goiás investiu R\$ 7,2 bilhões, crescimento de 90,3% em relação aos R\$ 3,7 bilhões aplicados em 2024. Parte desses investimentos foram feitos justamente com recursos acumulados em exercícios anteriores, reduzindo a poupança de maneira planejada para transfor-

mar o recurso disponível em benefícios para a população.

O governador citou a retomada e a execução de obras como exemplo dessa mudança. “Acabou aquela época dos cemitérios de obras, das mais de 400 obras

abandonadas antes do então governador Ronaldo Caiado (PSD) assumir. Hoje, as nossas obras têm começo, meio e fim. Quando lançamos uma obra, a população goiana sabe que ela será concluída e entregue”, declarou.



Mesmo com a ampliação dos investimentos, Goiás mantém mais de R\$ 9 bilhões em disponibilidade de caixa. Daniel ressaltou que a utilização da poupança não significa esgotar as reservas do Estado. A estratégia, segundo ele, é preservar recursos suficientes para assegurar os pagamentos, manter a capacidade de investimento e proteger as contas públicas diante de situações inesperadas.

“Todo governo que tem a sustentabilidade fiscal como princípio precisa manter um ‘colchão de liquidez’ para enfrentar situações extraordinárias sem comprometer o funcionamento do Estado”, explicou. Para Daniel, a existência dessa reserva permite que Goiás continue investindo sem colocar em risco salários, fornecedores e demais compromissos financeiros.

Reconhecimento

Goiânia conquista prêmio nacional

de mobilidade pela metronização do transporte coletivo

Solução inovadora desenvolvida na capital reduz paradas e aumenta velocidade dos ônibus

» Da Redação

Goiânia conquistou nesta quarta-feira (12/8), durante a Lat.Bus Transpúblico, no São Paulo Expo Exhibition & Convention Center, um dos mais importantes reconhecimentos do setor de mobilidade urbana do país. A capital goiana venceu o Prêmio Plínio Assmann de Boas Práticas, promovido pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), na categoria Mobilidade Motorizada, com o projeto de metronização do transporte público em via urbana.

A tecnologia, que reorganiza o funcionamento dos semáforos para priorizar o transporte coletivo, fez os veículos passarem de uma operação em que paravam em cerca de metade dos cruzamentos para

sinal verde em mais de 90% deles. Segundo o prefeito Sandro Mabel, na capital, os ônibus é que guiam a mobilidade da cidade e recebem prioridade nas ruas. “Dessa forma o usuário do transporte coletivo tem mais tempo para cuidar da família e ficar em casa”, destaca.

Antes da implantação da metronização a velocidade operacional média era de 16 km/h. Com a mudança, a velocidade média dos veículos subiu para 21,5 km/h, um aumento de aproximadamente 34%. Na prática, a mudança significa menos interrupções durante o trajeto e maior previsibilidade para quem depende do ônibus.

O secretário municipal de Engenharia de Trânsito (SET), Tarcísio Abreu, aponta que o objetivo da gestão é fazer com que o transporte coletivo perca menos tempo nos cru-

zamentos e consiga cumprir os percursos com mais agilidade, sem retirar a fluidez dos demais veículos. “Um dos mecanismos para tal é a metronização, que utiliza dados da operação do transporte coletivo e do trânsito para definir o funcionamento dos semáforos ao longo dos corredores”, assinala. Informações sobre a localização dos ônibus, a quantidade de passageiros e a oferta de viagens são acompanhadas em tempo real.

O sistema também utiliza câmeras instaladas nos cruzamentos para identificar o fluxo de veículos. Esses dados são processados por tecnologias de Internet das Coisas (IoT) e utilizados para ajustar os tempos dos semáforos de acordo com as condições de circulação. Com isso, a lógica dos cruzamentos deixa de considerar apenas o fluxo geral de veículos e passa a levar em con-

ta também o desempenho do transporte coletivo. A intenção é garantir que o ônibus, que transporta um número maior de pessoas por viagem, tenha maior fluidez nos corredores.

Uma mudança que faz parte de uma estratégia maior

A metronização não é uma ação isolada. Ela integra o conjunto de medidas adotadas pela Prefeitura de Goiânia dentro do Programa Nova Mobilidade, que tem como uma das prioridades melhorar a operação do transporte coletivo e reduzir o tempo gasto pelos passageiros nos deslocamentos.

A estratégia envolve intervenções no trânsito, tecnologia, infraestrutura e reorganização da operação. A prefeitura também atua na implantação e modernização de terminais,

estações e pontos de embarque, além da integração dessas medidas com as ações da Nova RMTC. Na avaliação da gestão Mabel, a lógica é combinar investimentos em infraestrutura com mudanças na operação. “Um ônibus novo, por exemplo, precisa conseguir circular com velocidade e regularidade para que a renovação da frota se traduza em uma melhora efetiva para o passageiro”, afirma Mabel.

A implantação da metronização é resultado de uma atuação conjunta entre a Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria de Engenharia de Trânsito (SET), a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTc) e o RedeMob Consórcio, responsável pela representação das concessionárias que operam o sistema na Região Metropolitana.



Foto: kasane

Goiânia é destaque nacional com premiações e reconhecimento a medidas que modernizam a cidade

Goiânia voltou a ganhar visibilidade no cenário nacional sob a gestão do prefeito Sandro Mabel, com avanços em áreas prioritárias como transporte público e mobilidade. As premiações alcançadas pela atual gestão reconhecem a estratégia da administração municipal de apostar em inovação, tecnologia e eficiência para melhorar a vida da população e reposicionar a cidade entre as referências do país em gestão urbana.

Na terça-feira (11/8), durante a Feira Latino-Americana do Transporte, realizada em São Paulo, Mabel foi homenageado pela atuação na defesa e no fortalecimento do transporte coletivo. A solenidade reuniu nomes ligados ao setor e destacou personalidades que contribuíram para avanços na área. Ao receber a homenagem, o prefeito afirmou que os resultados já aparecem na prática. “Goiânia é hoje a capital do Brasil que tem fama aqui de melhorar o transporte coletivo.



Foto: Secom

Gestão Sandro Mabel aposta em inovação, boas práticas de gestão e sustentabilidade para alavancar desenvolvimento da cidade

Isso se dá pelo trabalho que estamos fazendo com os novos terminais, sistema integrado e novos veículos”, disse.

O principal símbolo dessa mudança é a metronização do transporte coletivo, uma das soluções mais inovadoras da capital. A tecnologia prioriza a passagem dos ônibus em cruzamentos, com apoio de semáforos inteligentes e sincronização do tráfego, reduzindo paradas e dando mais fluidez ao desloca-

mento dos passageiros. A medida elevou em mais de 30% a velocidade média dos veículos nos corredores do BRT e encurtou o tempo de viagem em trechos estratégicos da cidade.

“A metronização surgiu da necessidade de garantir fluidez sem grandes intervenções e obras. Usamos inteligência artificial para garantir a prioridade do ônibus e aumento da velocidade no percurso”, disse Mabel ao comentar o modelo

adotado na capital. A experiência de Goiânia passou a chamar atenção em encontros sobre gestão pública e mobilidade, consolidando a cidade como referência em soluções aplicadas ao transporte coletivo.

Além do transporte, a capital também acumula prêmios em outras frentes ligadas à gestão pública e à sustentabilidade. Entre os destaques está a PPP Cidade Inteligente, que levou o 3º lugar no Prêmio UNECE PPP e Infraestrutura 2025, reconhecimento internacional para projetos inovadores e sustentáveis. Goiânia também foi premiada no Cidade CSC 2025, em São Paulo, onde recebeu o 1º lugar no Prêmio Banco do Brasil Gestão Inteligente da Região Centro-Oeste, o 2º lugar no Ranking Connected Smart Cities e o Selo Connected Smart Cities – Nível Ouro.

A área ambiental também rendeu à capital o título internacional “Tree Cities of the World”, concedido pela FAO e

pela Arbor Day Foundation, em reconhecimento às políticas de preservação e manejo de áreas verdes. Com 94 metros quadrados de área verde por habitante, Goiânia se consolidou como uma das cidades brasileiras com melhores indicadores de arborização, o que se traduz em qualidade de vida e planejamento urbano.

À frente da Comissão de Mobilidade Urbana da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos, o prefeito Sandro Mabel participou das articulações que contribuíram para a aprovação do Marco Legal do Transporte Público Coletivo, depois sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em um dos encontros sobre o tema, durante o Granpal Summit, em dezembro de 2025, o prefeito afirmou que levou a experiência de Goiânia para ser discutida com outras administrações. “Eu procurei trazer um pouco dessa experiência de mobilidade do nosso município, que tem sido sucesso, para os outros prefeitos terem essa visibilidade do que pode ser feito de diferente como nós estamos fazendo em Goiânia”, disse.

A distância

Entre a flexibilidade e a sala de aula: nova política de EAD muda rotina de estudantes

Decreto do governo federal amplia atividades presenciais e estabelece novos formatos para a graduação; em Goiás, modalidade já reúne 137,2 mil matrículas e responde por 44,6% do ensino superior

» Dhayane Marques

Quando foi contemplada pelo Prouni, Amanda Rodrigues escolheu a Uniasselvi entre as instituições disponíveis. A modalidade de Educação a Distância (EAD) acabou sendo uma opção que se encaixava na rotina da estudante, que trabalhava em regime CLT das 8h às 18h e precisava conciliar o emprego com a graduação em Fisioterapia. Além da flexibilidade, ela se interessou pela metodologia da instituição, que oferecia aulas teóricas on-line ao vivo, com professores disponíveis para tirar dúvidas e interação entre os alunos.

Amanda começou o curso em 2021 e agora está no 10º e último período de Fisioterapia. Na época, a parte teórica era realizada a distância, enquanto as avaliações ocorriam presencialmente. Para ela, o

diferencial estava na forma como as aulas eram conduzidas. “Não eram simplesmente aulas gravadas: eram aulas ao vivo, com professores que estavam presentes, tiravam nossas dúvidas e permitiam uma troca entre os alunos”, relata.

A possibilidade de estudar à noite permitiu que ela mantivesse o emprego enquanto avançava na formação. Além do trabalho e da graduação, ela também tem uma filha. A flexibilidade, segundo a estudante, foi o que tornou possível manter as diferentes responsabilidades.

“Eu tenho filha, trabalho e outras responsabilidades, então ter a possibilidade de realizar a parte teórica on-line me permite organizar melhor os meus horários e não precisar escolher entre estudar, trabalhar ou estar presente com a minha família”, afirma.

A experiência da estudante ocorre no contexto

do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que criou os formatos presencial, semipresencial e a distância e estabeleceu como princípios o acesso, a permanência, a aprendizagem e a interação. Para os cursos EAD, a regulamentação determina ao menos 10% da carga horária em atividades presenciais e outros 10% em atividades presenciais ou síncronas mediadas.

Como ingressou antes da nova regulamentação, Amanda não teve mudanças significativas na reta final do curso. Os encontros presenciais continuaram espaçados, o que facilita a conciliação com outras atividades. Para ela, porém, a prática é indispensável à formação. “Na Fisioterapia, existe uma parte prática que precisa ser vivenciada, principalmente porque estamos lidando diretamente com pessoas e pacientes”, afirma.

Durante a graduação, Amanda já passou por estágios em uma UBS e em um estúdio



Amanda Rodrigues durante estágio ambulatorial na UBS Alto Paraíso, em Aparecida de Goiânia, em 2025

de Pilates, com jornadas de seis horas diárias, e em breve inicia estágio em uma UPA. Para ela, a vivência prática ajudou a transformar o conteúdo estudado

on-line em conhecimento aplicado. “Essa combinação entre teoria on-line e prática presencial contribuiu muito para a minha formação”, avalia.

Nova política tenta equilibrar tecnologia, interação e presencialidade

A mudança promovida pelo governo ocorre em um momento em que o EAD já representa parcela expressiva do ensino superior. A nova Política de Educação a Distância estabelece como princípios acesso, permanência, aprendizagem, valorização dos professores, infraestrutura dos polos e interação. O novo modelo também amplia a responsabilidade das instituições sobre estrutura física, tecnológica e de pessoal.

A regulamentação impõe restrições a determinadas graduações. Medicina, Direito, Enfermagem, Odontologia e Psicologia não podem ser ofertados integralmente a distância. Cursos da área da saúde e licenciaturas também passam a ter limitações para a oferta exclusivamente EAD.

Para Amanda, a discussão deve priorizar a qualidade da formação. “Não acho que o caminho seja simplesmente restringir ou acabar com a modalidade EAD, porque ela possibilita que muitas pessoas

tenham acesso ao ensino superior, como aconteceu comigo”, afirma. Ela também defende aulas on-line mais interativas e destaca a importância da troca com professores e colegas.

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), no Manifesto EaD & ODS, defende que a regulação priorize qualidade, supervisão, evidências e boas práticas, e não apenas o formato. A entidade também aponta o papel do EAD na ampliação do acesso, sobretudo para estudantes distantes dos grandes centros ou com dificuldades econômicas e territoriais.

Em Goiás, 137.253 estudantes estavam matriculados em cursos EAD em 2023, o equivalente a 44,6% das matrículas do ensino superior. A modalidade cresceu 11,5% em um ano, contra 2,1% no presencial, e concentrou 60,9% das novas matrículas. A rede privada reúne 98,1% das matrículas EAD, enquanto a pública tinha 2.654 estudantes.

Entre os 41,3 mil concluintes da graduação em Goiás em 2023, 37,1% eram de cursos EAD, com crescimento de 28% no número de formandos da modalidade. Ao mesmo tempo, a evasão nacional subiu de 32% em 2014 para 40,1% em 2023, colocando a permanência no centro do debate.

Dados do Observatório do Ensino Superior, coordenado pela Semesp, mostram diferenças no engajamento entre estudantes classificados como “Neutro” e “Diferenciado”. O segundo grupo apresentou índices maiores em todos os indicadores: permanência no acesso (91% contra 46%), desempenho (82% contra 48%), acesso a aulas assíncronas e materiais (100% contra 76%), frequência em aulas síncronas (73% contra 58%) e participação em fóruns (64% contra 50%).

Os dados não permitem atribuir a evasão isoladamente a esses fatores, mas

mostram que a qualidade do EAD vai além do acesso à plataforma. Permanência, interação, desempenho e acompanhamento também integram a experiência acadêmica.

Instituições terão prazo para adaptação

A nova regulamentação não representa uma mudança imediata para todos os estudantes. As instituições têm prazo para adaptação às novas regras e precisam ajustar seus cursos, projetos pedagógicos, infraestrutura e processos acadêmicos às exigências do novo marco.

Para a reportagem, foram procuradas PUC-GO, UniEvangélica, Estácio e UniCesumar. PUC-GO, UniEvangélica e Estácio não responderam aos questionamentos até a publicação. Em nota enviada à reportagem, a UniCesumar informou que segue as diretrizes do MEC e está alinhada ao novo marco regulatório. A instituição afirmou ainda que

possui estrutura consolidada nos polos, com laboratórios e ambientes destinados às atividades acadêmicas.

Segundo a UniCesumar, os ajustes para o cumprimento integral das novas regras estão sendo realizados dentro do prazo de adaptação de dois anos estabelecido pelo MEC. A instituição também reforçou o compromisso com a qualidade acadêmica, a conformidade regulatória e a formação dos estudantes.

Para Amanda, a experiência resume o desafio da nova fase do EAD: preservar a flexibilidade da modalidade sem abrir mão da qualidade. “Eu defenderia uma modalidade EAD com qualidade, aulas on-line realmente interativas e uma formação prática presencial bem estruturada”, afirma. Após quase cinco anos entre aulas on-line, encontros presenciais e estágios, ela avalia que a modalidade permitiu conciliar estudos, trabalho e família.



EAD EM NÚMEROS

- 4,9 milhões de alunos no EAD no Brasil
- 266% de crescimento na última década
- 3,5 milhões de concluintes em dez anos
- 53 mil+ polos EAD ativos

- 137,2 mil matrículas EAD em Goiás
- 44,6% das matrículas do ensino superior goiano estão no EAD
- 40,1% foi a taxa de evasão nacional no EAD em 2023
- 98,1% das matrículas EAD de Goiás estão na rede privada.

ESCOLA

Comportamento

Mais de um ano sem celular muda rotina das escolas, mas efeito na aprendizagem ainda precisa ser medido

Pesquisa nacional aponta melhora na concentração, participação e convivência, mas especialistas alertam que a restrição do aparelho não garante, sozinha, avanços educacionais

» Dhayane Marques

Mais de um ano após a entrada em vigor da Lei nº 15.100/2025, que restringe o uso de celulares nas escolas, os primeiros dados nacionais indicam mudanças na rotina de estudantes e professores. A principal delas aparece no comportamento: mais concentração, participação nas atividades e interação presencial. A questão que permanece é se esses efeitos já estão se convertendo em aprendizagem.

Pesquisa do Ministério da Educação (MEC), em parceria com Inep, Instituto Alana e Unesco, mostra que 92% dos gestores afirmam que a restrição já é implementada em suas escolas. Entre eles, 97% perceberam aumento da participação dos estudantes nas atividades pedagógicas e 95% relataram melhora na concentração e na socialização presencial. A redução de conflitos, agressões digitais e episódios de cyberbullying foi percebida por 88%.

A mudança também aparece nas atividades oferecidas pelas escolas. Segundo o levantamento, 67% registraram aumento de práticas manuais, lúdicas e artísticas, 56% ampliaram atividades pedagógicas fora da sala e 59% passaram a estimular mais brincadeiras e interação.

Os dados confirmam parte das primeiras impressões registradas pela Tribuna do Planalto em agosto de 2025, poucos meses após a implementação da regra. Na ocasião, escolas já relatavam mais conversas nos intervalos, retomada de brincadeiras e menor dispersão em sala, mas também resistência dos alunos e preocupação das famílias.

A primeira mudança foi no comportamento

O celular ocupava um espaço que ia muito além da sala de aula. Notificações, redes sociais, vídeos, jogos e mensagens competiam diretamente com a atenção dos estudantes. Com a restrição, a escola passou a recuperar parte desse espaço.

Para Manoel Barbosa, mestre em Educação, especialista em gestão e financiamento educacional e diretor técnico da Idea Educação, o impacto mais relevante da medida está justamente nessa mudança de dinâmica.

“O impacto mais significativo não está apenas na redução do tempo de tela, mas na mudança da dinâmica pedagógica e das relações dentro da escola”, afirma.

Outro levantamento, realizado pela Frente Parlamentar Mista da Educação em parceria com a plataforma Equidade. info, mostra que 80% dos estudantes brasileiros dizem estar



Levantamento do MEC aponta que 95% dos gestores perceberam melhora na atenção e 97% relataram maior participação dos estudantes após a restrição dos celulares

mais focados nas aulas após a restrição. Nos primeiros anos do ensino fundamental, quase nove em cada dez relatam melhora na atenção. O estudo também aponta percepção de redução do bullying virtual por 77% dos gestores, 65% dos professores e 41% dos alunos.

Os dados do MEC apontam nessa direção. Se 95% dos gestores identificam melhora na concentração e na socialização presencial e 97% percebem aumento da participação nas atividades pedagógicas, há evidências de que a retirada do aparelho alterou o comportamento no ambiente escolar.

Manoel defende que o impacto educacional seja medido com comparações antes e depois da implementação, observando atenção, participação, interrupções, realização de tarefas e percepção dos pro-

fessores. A cautela é necessária porque notas e indicadores educacionais também sofrem influência de reforço escolar, formação docente, acompanhamento dos alunos e outras políticas públicas.

Tecnologia não foi banida

A restrição também não significa uma escola sem tecnologia. Segundo o levantamento do MEC, 86% das escolas mantiveram ou ampliaram atividades pedagógicas com recursos digitais e 87% realizaram ou planejam ações de educação digital.

A questão central passou a ser outra, quem controla a tecnologia, com qual finalidade e dentro de qual estratégia pedagógica.

Um celular pessoal permite acesso simultâneo a redes sociais, mensagens, vídeos, jogos e outros conteúdos que disputam a atenção do estudante. Um Chromebook, tablet ou computador utilizado dentro de uma atividade planejada pode cumprir outra função. O problema, portanto, não está na existência da tecnologia, mas na ausência de intencionalidade sobre seu uso.

“Não estamos diante de uma contradição entre proibir o celular e investir em tecnologia. O desafio é sair do ‘celular como distração’ para a ‘tecnologia como ferramenta pedagógica’”, afirma Manoel Barbosa.

A diferença está na finalidade. Enquanto o aparelho pessoal pode disputar a atenção do estudante com notificações e redes sociais, computadores e plataformas podem ser utilizados dentro de uma proposta planejada pelo professor.

A própria pesquisa mostra que a implementação ainda não está totalmente consolidada. 45% dos gestores consideram o processo consolidado, enquanto 47% afirmam que ele ainda está em andamento.

Para Manoel, o foco da política também precisa mudar. “O principal desafio agora não é mais fazer o estudante entender que não pode usar o celular. É fazer a escola transformar o espaço que antes era ocupado pelo celular em mais aprendizagem, convivência e interação.”

Isso coloca professores, gestores e famílias no centro da próxima etapa. A escola precisa oferecer atividades capazes de manter o estudante envolvido, enquanto as famílias também precisam estabelecer limites para o uso das telas fora do ambiente escolar.

De uma regra de comportamento a uma política educacional

Janeiro de 2025: sancionada a Lei nº 15.100/2025.

Fevereiro de 2025: a restrição entra em vigor nas escolas.

Agosto de 2025: a Tribuna do Planalto registra as primeiras mudanças na rotina, com mais interação e menos dispersão, mas também resistência dos estudantes.

Agosto de 2026: após cerca de 18 meses, os dados nacionais confirmam mudanças no comportamento escolar, enquanto o impacto direto sobre a aprendizagem ainda precisa ser mensurado.

O primeiro balanço, portanto, é positivo em aspectos como concentração, participação e convivência, mas não autoriza conclusões definitivas sobre desempenho acadêmico. A retirada do celular pode abrir espaço para aprender mais. O que determinará o resultado será o que as escolas fizerem com esse espaço.

O que os números mostram após 18 meses

- 92% dos gestores afirmam que a restrição já é implementada nas escolas.
- 97% perceberam aumento da participação dos estudantes nas atividades pedagógicas.
- 95% identificaram melhora na concentração e na socialização presencial.
- 88% perceberam redução de conflitos, agressões digitais e episódios de cyberbullying.
- 67% registraram aumento de atividades manuais, lúdicas e artísticas.
- 56% ampliaram atividades pedagógicas fora da sala de aula.
- 59% adotaram ações para estimular brincadeiras e interação.
- 86% mantiveram ou ampliaram atividades pedagógicas com tecnologias digitais.
- 87% realizaram ou planejam ações de educação digital.
- 45% consideram a implementação consolidada, enquanto 47% ainda veem o processo em andamento.

Os dados apontam para uma mudança real no cotidiano escolar. Mas o próximo passo precisa ser mais rigoroso: acompanhar indicadores de aprendizagem e verificar se a melhora na atenção e na participação se sustenta ao longo do tempo.



Kadu Souza,

um emocionante enredo de drama e superação

A história do atacante Kadu Souza, atualmente defendendo as cores do Goiás Esporte Clube, é um emocionante enredo de superação, reviravoltas e ascensão meteórica no futebol. Aos 24 anos, transformou-se no artilheiro do Goiás na série B do campeonato brasileiro, mas, antes disso, trilhou um caminho árduo longe dos holofotes antes de brilhar e chamar a atenção dos torcedores e analistas do futebol. Kadu Souza foi contratado pelo Goiás junto ao Anápolis, mas veio como aposta e sequer foi apresentado como reforço, como o clube faz com todo jogador e treinador que chega ao clube.

Antes de se firmar no cenário nacional, Kadu viveu o drama do desemprego e da incerteza no futebol. Em 2022, o atleta chegou a ficar dois anos afastado dos gramados profissionais. Para garantir o sustento e seguir em frente, ainda em Curitiba, trabalhou em empregos comuns, longe dos campos de futebol. Foi ajudante de pedreiro e trabalhou em uma fábrica de salgados como vendedor. Iniciou sua trajetória na várzea paranaense, passou pela base do Independente São Joseense (PR) e teve uma rápida experiência internacional no futebol da Bósnia e Herzegovina, isso em 2023. Ao

retornar ao Brasil, defendeu o Atlético Clube Paranaíba, clube do Paraná que detém seus direitos econômicos.

Kadu começou a construir sua história em solo goiano em 2024, quando jogou pelo Rio Verde, sendo campeão da terceira divisão do Campeonato Goiano. No início de 2025, teve uma passagem pelo Anápolis antes de chamar a atenção dos olheiros esmeraldinos. Contratado por empréstimo junto ao Paranaíba para a temporada, Kadu Souza superou a desconfiança inicial e assumiu o protagonismo no ataque do Goiás sob o comando do téc-

nico Mozart Santos. Kadu tornou-se o principal artilheiro do clube da Serrinha na série B, superando nomes badalados do elenco como o badalado Anselmo Ramon. Sob a orientação do técnico Mozart, o atacante passou a jogar mais próximo à área adversária, potencializando seu poder de finalização.

Kadu conquistou o carinho da torcida esmeraldina. É o “xodó” do torcedor, marca gols importantes, coroando uma reviravolta impressionante para quem, há poucos anos, baria massa em canteiros de obras. Kadu Souza tem contrato com o Goiás até 15 de dezembro de 2026. O jogador pertence ao Atlético Paranaíba e o clube esmeraldino tem prioridade e opção de compra fixada em cerca de R\$ 650 mil por 60% dos direitos econômicos do atleta. Kadu chegou ao



Fotos: Divulgação

Kadu Souza, de pedreiro, vendedor de salgados, para artilheiro do Goiás na série B

Goiás com um salário de R\$ 20 mil, deverá ser muito valorizado assim que for contratado em definitivo. O jogador deverá ser adquirido pelo Goiás no final da temporada.

Brasil se prepara para a Copa do Mundo de Futebol Feminino



**FIFA
WOMEN'S
WORLD CUP
BRASIL 2027**

A Copa do Mundo Feminina será realizada no Brasil entre 24 de junho e 25 de julho de 2027. O torneio acontecerá em oito cidades-sede, com abertura e a grande final no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Esta é a primeira vez que o evento acontece na América do Sul. A competição terá 32 seleções, divididas em oito grupos de quatro equipes, que sedes localizadas nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Dezenas de seleções já garantiram vagas no torneio, que estão sendo definidas através de eliminatórias continentais e repescagens.

Na América do Sul, estão classificadas as seleções do Brasil (país-sede), Argentina e Colômbia. Na Ásia, Austrália, China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Filipinas e Japão. Na Europa, Alemanha, Dinamarca, Espanha e França. Na África, Argélia, Camarões, Malauí e Marrocos. Na Oceania, apenas a Nova Zelândia. As demais vagas para o Mundial serão definidas nos próximos meses através das eliminatórias, das repescagens intercontinentais. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife e Salvador serão as cidades que sediarão jogos da Copa do Mundo de futebol Feminino. As escolhas refletem a capacidade do país em organizar grandes eventos, aproveitando a infraestrutura da copa do Mundo Masculina de 2024 e promete fortalecer o futebol feminino, promovendo inclusão e desenvolvimento desse esporte.

Clubes aprovam regras para futebol brasileiro

A CBF realizou na sede da CBF, no Rio de Janeiro, reunião com clubes das Séries A e B do Brasileirão, oportunidade em que definiram a adoção imediata de novas regras de arbitragem, muitas delas vigentes na Copa do Mundo, para as Séries A e B do Brasileirão, Copa do Brasil (Masculina e Feminina) e Feminino A1.

A reunião marcou o início de um ciclo de discussões para elaboração de um novo regulamento para a temporada de 2027, abordando propostas para arbitragem, área que receberá R\$ 200 milhões em investimentos entre 2026 e 2027.

Com uma receita de 1,8 bilhões de euros na

temporada 2024/2025, o Brasileirão tem arrecadação distante de ligas como Premier League (7,5 bi), La Liga (5,7 bi) e Bundesliga (5,5 bi), por exemplo. Ciente de que atualmente o futebol brasileiro é um produto subvalorizado, dos pontos de vista desportivo e comercial, a CBF vem tomando uma série de medidas para mudar este quadro. Neste esteio, a modernização do regulamento surge como um ponto de partida das melhorias necessárias para o futebol brasileiro.

O Presidente da CBF, Samir Xaud, destacou que novamente a entidade convoca clubes e federações para deliberar mudanças estruturantes do futebol brasileiro.

Xaud, destacou que estas mudanças precisam ser feitas em concordância entre os protagonistas do futebol brasileiro. “Trata-se de mais uma reunião que, como é prática desta gestão, se estrutura no diálogo de forma democrática. Estamos discutindo a implementação das regras que já foram utilizadas na Copa do Mundo. Faz parte da reestruturação do futebol brasileiro. Esta é uma missão de todos: da CBF, dos clubes, das federações, cada um fazendo seu papel”, disse.

Um dos pontos que a CBF busca corrigir é o aumento do tempo de bola rolando nas partidas. Em parceria com a

CBF Academy, a entidade reuniu seu corpo técnico para entender os pontos que podem resultar no aumento desta média. Daí surgiu o relatório “Tempo de Bola Rolando no Futebol Brasileiro”, com um diagnóstico inédito sobre o tema, embasado por dados fornecidos pela empresa OPTA Stats Perform. Em 2026, até a parada para a Copa do Mundo, o tempo médio de bola rolando na Série A do Brasileirão era de 52 minutos e 54 segundos, distante da meta da FIFA de 60 minutos de bola rolando. O estudo identifica formas de recuperar aproximadamente 6 minutos e 22 segundos de bola rolando por jogo, ajustando itens como a marcação de faltas, o tempo levado para reposição da bola em jogo, a duração dos atendimentos médicos e as checagens de VAR e impedimento semiautomático.

Entre as medidas apresentadas estão: limites de tempo para arremessos laterais, tiros de meta e substituições; permanência de um minuto fora de campo para atletas atendidos no gramado; adoção do princípio de que somente o capitão dialogue com o árbitro em determinadas situações; e ampliação das possibilidades de intervenção do VAR. Segundo estimativa apresentada pela CBF, o conjunto de medidas observado na Copa do Mundo pode representar um ganho médio de 5 minutos e 49 segundos de jogo por partida. A próxima reunião do conselho técnico está prevista para 14 de setembro e tratará da organização de competições.



Cera na cobrança de lateral será punida com as novas regras